

## As possíveis linhas mestras do debate marxista sobre a Grande Recessão (2007-2009)

Alex Wilhans Antonio Palludeto<sup>(1)</sup>

<sup>(1)</sup> Instituto de Economia – IE/UNICAMP  
Email: alex.wilhans@gmail.com

### Resumo

O objetivo deste estudo é revisar as principais interpretações de inspiração marxista da Grande Recessão (2007-2009) e, sobretudo, identificar as linhas centrais do debate que se trava em torno das suas origens e características fundamentais. Foi possível demonstrar a existência de duas grandes abordagens no universo teórico marxista no que se refere aos determinantes últimos da crise recente: de um lado, aqueles que atribuem a turbulência à dinâmica de uma fase particular do capitalismo, à forma política/econômica/institucional específica assumida pelo sistema capitalista ao longo das últimas décadas, em suma, ao que se convencionou denominar, em diversos trabalhos, neoliberalismo; de outro, aqueles que veem a crise recente como uma manifestação própria da dinâmica capitalista em geral – e não do modo particular que esta supostamente apresenta.

No primeiro grupo, Dúmenil, Lévy e Kotz estão entre seus principais expoentes. Por outro lado, encontram-se as análises empreendidas pelo segundo grupo, do qual os adeptos da chamada Interpretação do Sistema Único Temporal da teoria do valor de Marx são os principais representantes. Aqui, os trabalhos de Kliman, Carchedi e Potts foram tomados como as referências básicas dessa perspectiva.

**Palavras-chave:** Teorias marxistas da crise; Grande Recessão; Neoliberalismo; Taxa de lucro

### Abstract

The aim of this study is to review the main marxist interpretations of the Great Recession (2007-2009) and identify the central lines of the debate on its origins and fundamental characteristics. It was possible to demonstrate the presence of two major approaches in the marxist theoretical universe regarding the ultimate determinants of the recent crisis: on the one hand, those who attribute the turbulence to the dynamics of a particular phase of capitalism, the specific political/economic/institutional form assumed by the capitalist system over the past decades – in short, to what may be called neoliberalism; on the other hand, those who see the recent crisis as a manifestation of the general capitalist dynamics itself – and not the particular form that it supposedly assume.

In the first group, Dúmenil, Lévy and Kotz are among its main exponents. By contrast, it was found the works undertaken by the second group, which the supporters of the so-called Temporal Single System Interpretation of Marx's value theory are the main representatives. In this case, the works of Kliman, Carchedi and Potts were taken as basic references of this approach.

**Keywords:** Marxist theories of crises; Great Recession; Neoliberalism; Rate of profit

**JEL:** E11; G01

**Área 2 - Economia Política**

## 1. Introdução

Os anos finais da primeira década do século XXI serão marcados na história econômica como um dos períodos de grande turbulência no capitalismo mundial. Basta uma rápida consulta aos principais indicadores que atestam o desempenho econômico agregado para comprovar a magnitude e intensidade do fenômeno ao qual se está referindo. A produção mundial de bens e serviços retraiu-se, segundo a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), cerca de 1,9% em 2009<sup>1</sup> – pela primeira vez desde 1970, ano em que se inicia a série examinada –, a taxa de desemprego, que se situou em torno de 5,8% em 2008, é estimada em 6,6% para o ano seguinte<sup>2</sup> – ou seja, uma elevação de aproximadamente 13,8% em apenas 12 meses – e o volume do comércio internacional de bens e serviços declinou por volta de 11% no mesmo período<sup>3</sup>. Em relação à economia norte-americana, palco inicial da crise, não se poderia esperar trajetória diversa. Enquanto em 2008 o produto interno bruto estadunidense manteve-se no mesmo patamar daquele obtido no ano anterior, em 2009 verifica-se um decréscimo de aproximadamente 2,6%<sup>4</sup>. A taxa de desemprego, por sua vez, que se encontrava em torno de 4,6% em 2007, passou para 9,3% no ano seguinte e atingiu 9,6% em 2010, resultado dos mais elevados desde o fim da Segunda Guerra Mundial<sup>5</sup>. Não é por outro motivo que, tão logo tornou-se evidente a dimensão assumida pela crise, diversos autores correram às comparações com a crise de 1929 e a Grande Depressão da década de 1930. Conforme observa McNally (2011, p. 61 tradução minha): “De fato, a mãe de todas as crises foi a Grande Depressão. Quando a atual crise estourou, muitos comentaristas fizeram comparações diretas com aquela época”<sup>6</sup>.

Embora as informações disponíveis tornem manifesta a crise que se abateu sobre a economia capitalista mundial, as mesmas não garantiram àqueles que se debruçaram sobre o tema sequer um relativo consenso acerca dos fatores que se encontram em sua origem.

As correntes teóricas dominantes no pensamento econômico contemporâneo, por um lado, pouco tiveram a oferecer para a compreensão do que ocorreu – e, em grande medida, continua ocorrendo. Em declaração ao Comitê da Câmara norte-americana sobre Ciência, Espaço e Tecnologia, Solow (2010, tradução minha) foi incisivo:

Aqui estamos nós, ainda próximos do vale de uma profunda e prolongada recessão, com o futuro imediato incerto, desesperadamente com falta de empregos, e a abordagem macroeconômica que domina o pensamento sério, certamente em nossas universidades de elite e em muitos bancos centrais e outros círculos políticos influentes, parece não ter absolutamente nada a dizer sobre o problema. Não apenas não oferece nenhuma orientação ou *insight*, ela realmente parece não ter nada de útil a dizer.

Também Willem Buiter, ex-membro do Comitê de Política Monetária do Banco da Inglaterra, observa:

O ensino típico da pós-graduação em macroeconomia e economia monetária recebido nas universidades anglo-americanas durante os últimos 30 anos ou mais pode ter sido um retrocesso de décadas de pesquisa séria sobre o comportamento econômico agregado e de um entendimento relevante sobre a política econômica. Foi um desperdício privada e socialmente custoso de tempo e outros recursos. A maioria das principais inovações teóricas macroeconômicas desde a década de 1970 (a revolução Novo Clássica das expectativas racionais, associada a nomes como Robert E. Lucas Jr., Edward Prescott, Thomas Sargent, Robert Barro e etc, e a teorização Novo Keynesiana de Michael Woodford e muitos outros) acabou por se tornar auto-referencial, voltadas para si mesmas, distrações, na melhor das hipóteses. A pesquisa tendeu a ser motivada por sua lógica interna, investimento de capital intelectual e quebra-cabeças estéticos dos programas de pesquisa estabelecidos e não por um forte desejo de entender como a economia funciona – e muito menos como a economia funciona em épocas de estresse e instabilidade financeira. Assim, os

<sup>1</sup> De acordo com o Fundo Monetário Internacional (<http://www.imf.org>), -0,6 – primeiro resultado negativo desde 1980.

<sup>2</sup> OIT (2010).

<sup>3</sup> FMI (2010).

<sup>4</sup> *Bureau of Economic Analysis* (<http://www.bea.gov>).

<sup>5</sup> *Bureau of Labor Statistics* (<http://www.bls.gov>).

<sup>6</sup> Entre eles, cabe mencionar Almunia et al. (2010) e Harman (2009a).

economistas foram apanhados desprevenidos quando sobreveio a crise<sup>7</sup> (BUIITER, 2009, tradução minha)

Por outro, se o atual *mainstream economics*<sup>8</sup> silencia perante a crise recente, o mesmo não sucede com as abordagens alternativas, particularmente aquelas de corte marxista<sup>9</sup>. Aqui, não é a ausência de vozes que dificulta a tarefa de compreensão da crise econômica contemporânea, mas o volume e a diversidade que apresentam. A turbulência mundial dos últimos anos tem sido o tema privilegiado de inúmeros trabalhos, conferências e debates acadêmicos entre os estudiosos de orientação marxista. As mais diversas correntes teóricas ali presentes disputaram – e ainda disputam – a primazia na explicação da crise que se abateu sobre a economia mundial.

Nesse sentido, o presente estudo procura contribuir para a sistematização do debate que tem se verificado nos meios marxistas em torno dos principais determinantes da crise recente. Em outras palavras, busca-se examinar as linhas mestras do debate marxista acerca das causas da Grande Recessão. Na medida em que a **causa imediata** da crise parece ser pouco controversa – os fatores diretamente relacionados ao colapso do mercado norte-americano de hipotecas e a consequente contração do crédito –, é para as **causas últimas** ou **estruturais** que se destinam os maiores esforços. Vale dizer, o debate entre os estudiosos de inspiração marxista sobre a crise recente se dá, sobretudo, em torno de suas causas últimas e não de suas causas imediatas; por conseguinte, serão para aquelas que minha atenção se voltará.

Ao invés de tentar classificar as várias correntes interpretativas de acordo com o setor no qual identificam as causas últimas da crise recente – se na economia real ou nas finanças – parece possível e mais proveitoso, considerar, por um lado, aqueles que veem a crise contemporânea como uma manifestação de uma determinada fase do sistema capitalista e, por outro, aqueles que a creditam à dinâmica geral do capitalismo. Vale dizer que contrapõem-se dois grupos: autores que atribuem a turbulência à forma política/econômica/institucional específica assumida pelo sistema capitalista ao longo das últimas décadas (ou neoliberalismo); àqueles que veem a crise recente como uma manifestação própria da dinâmica capitalista em geral – e não do modo particular que esta supostamente apresenta.

Além dessa breve introdução, o estudo é composto por três outras seções: a seção seguinte se dedica ao exame dos trabalhos de Dúmenil e Lévy (2011a) e Kotz (2009; 2010), expoentes do primeiro grupo; a terceira seção, por sua vez, destina-se aos estudos de Kliman (2010), Potts (2010) e Carchedi (2011a, 2011b), adeptos da chamada Interpretação do Sistema Único Temporal, principal corrente do segundo grupo acima sugerido; por fim, são apresentadas algumas considerações finais, que sintetizam os principais argumentos levantados ao longo do trabalho.

## 2. A crise de uma fase

### 2.1. A dinâmica de uma ordem social contraditória: Dúmenil e Lévy (2011a)

Uma das principais referências entre os autores de inspiração marxista sobre a crise contemporânea são os trabalhos de Dúmenil e Lévy. O tema é tratado extensa e intensivamente pelos autores no livro *Crisis of neoliberalism*, publicado em 2011<sup>10</sup>.

Para Dúmenil e Lévy (2011a), a causa última da crise recente não reside num suposto declínio da taxa de lucro e tampouco na falta de demanda resultante da estagnação dos salários reais a partir dos anos 1970. Os autores sustentam que a turbulência contemporânea é fruto da dinâmica do que consideram uma **ordem social** particular: o neoliberalismo, “a última de três ordens sociais, que conjuntamente constituem

<sup>7</sup> O mesmo fato é constatado por White (2009, p. 16, tradução minha): “[E]ssa crise fornece a evidência de que as premissas simplificadoras que fundamentam grande parte da macroeconomia moderna não foram úteis na explicação dos desenvolvimentos do mundo real”.

<sup>8</sup> “[M]ainstream economics é aquilo que é ensinado nas universidades e faculdades mais prestigiadas, é publicado nas revistas de maior prestígio, recebe recursos das fundações de pesquisa mais importantes e ganha os prêmios de maior prestígio.” (DEQUECH, 2007, p. 281, tradução minha)

<sup>9</sup> Outra vertente teórica cuja produção sobre a crise tem sido abundante – e, no entanto, mais homogênea quando comparada àquela de raiz marxista – é a pós-keynesiana. Alguns exemplos são os trabalhos de Wray (2009) e Dymksi (2011).

<sup>10</sup> Os principais argumentos do livro encontram-se resumidos pelos autores em Dúmenil e Lévy (2011b), artigo ainda não publicado até o momento em que este trabalho foi finalizado.

o capitalismo moderno, isto é, o capitalismo desde a virada para o século XX” (DÚMENIL; LÉVY, 2011a, p. 7, tradução minha).

Ao se debruçarem sobre a história do capitalismo, Dúmenil e Lévy (2011a) observam que a partir da “Grande Depressão” da década de 1890, ocorreram importantes transformações na economia norte-americana. Segundo os autores, a conjugação de três revoluções acabou por ditar o rumo do sistema capitalista desde então: i) a **revolução da grande empresa**, ou seja, a difusão das sociedades por ações<sup>11</sup>, como forma de organização empresarial; ii) a **revolução financeira**, ou seja, o crescimento do sistema bancário e as relações de suporte e dominação que estabeleciam com as corporações então nascentes; iii) e, por fim, a **revolução gerencial**, isto é, a partir da disseminação das sociedades por ações, a formação de uma classe de administradores profissionais e assalariados cuja função exclusiva é gerir o empreendimento capitalista<sup>12</sup>. Como resultado dos três fenômenos acima descritos, mais do que a posse direta dos meios de produção, a riqueza de uma fração crescente da classe capitalista passou, cada vez mais, a se materializar na propriedade de títulos financeiros diversos – em particular, as ações. Desse modo, as instituições financeiras, instrumentos por meio dos quais essa riqueza sob a forma de papéis é gerida e boa parte do crédito fornecido, tornaram-se, de acordo com Dúmenil e Lévy (2011a), um dos elementos centrais do sistema capitalista moderno. A fim de destacar, ainda com maior intensidade, o caráter financeiro do capitalismo moderno, os autores utilizam o termo Finanças para se referir “às frações superiores da classe capitalista e às instituições financeiras, em qualquer arranjo social em que essas frações de classe controlam as instituições financeiras (como é geralmente o caso no capitalismo)” (DÚMENIL; LÉVY, 2011a, p. 13, tradução minha). Em outras palavras, as Finanças fazem alusão às instituições financeiras e à fração da classe capitalista que as controlam – que são, em geral, segundo os autores, os extratos superiores dessa classe. Assim, de acordo com a definição dada por Dúmenil e Lévy (2011a), as Finanças não são apenas um setor distinto da economia, mas compreendem, também, as frações da classe capitalista que controlam esse segmento. O termo Finanças, portanto, combina aspectos institucionais e de classe (DÚMENIL; LÉVY, 2011a, p. 13).

A partir dessas observações, os autores sustentam que uma caracterização mais adequada da estrutura de classes prevalecente no capitalismo moderno não mais seria aquela que contrapõe, de um lado, a classe trabalhadora e, de outro, a classe capitalista, mas, sim, uma configuração tripolar, como na figura abaixo:

1. **Classe capitalista**
2. **Classe gerencial**
3. **Classe popular**

**Figura 1** – Uma estrutura de classes tripolar.

Fonte: Dúmenil e Lévy (2011a, p. 14, tradução minha).

---

<sup>11</sup> “Em contraste com as outras duas formas principais de propriedade de empresas, a propriedade familiar e a parceria, a sociedade por ações [no original, *corporation*] distingue-se por uma série de características que a torna um instrumento mais flexível para atividades econômicas de grande escala, especialmente para o propósito de levantar grandes somas de capital para investimento. As principais dessas características são: (1) a responsabilidade limitada, o que significa que os fornecedores de capital não estão sujeitos a perdas superiores ao montante do seu investimento; (2) a transmissibilidade das ações, pela qual o voto e outros direitos na empresa podem ser transferidos facilmente de um investidor para outro, sem reconstituir a organização juridicamente; (3) a personalidade jurídica, o que significa que a própria corporação como uma “pessoa” fictícia tem legitimidade jurídica e pode, assim, processar e ser processada, celebrar contratos, e ser titular de imóvel em seu nome; e (4) tempo indeterminado, segundo o qual a vida da empresa pode se estender além da participação de qualquer dos seus sócios fundadores. Os proprietários da corporação no sentido legal do termo são os acionistas, que adquirem com o investimento de capital uma participação nos resultados da empresa e que são nominalmente responsáveis pelo controle sobre a gestão financeira da corporação.” (CORPORATION, 2011, tradução minha)

<sup>12</sup> O processo de difusão da sociedade por ações corresponde, de fato, à crescente separação entre a gestão e a propriedade. Com a sociedade por ações, o capitalista, proprietário da riqueza, não se confunde mais com o administrador dos recursos da empresa. Nesse arranjo institucional particular, o capitalista é um acionista e a gerência da empresa é delegada a um grupo de administradores profissionais. No tratamento dessa questão, Dúmenil e Lévy (2011a) seguem, ainda que implicitamente, uma extensa literatura cuja referência básica é o trabalho de Berle e Means (1988), originalmente publicado em 1932.

Conforme se pode notar, a classe trabalhadora é subdividida em dois grupos: a classe gerencial, composta pela alta cúpula administrativa das grandes corporações, segmento que auferes os maiores salários e benefícios, e cuja origem se encontra, como já visto, na revolução gerencial; e, por fim, a classe popular, constituída pelos demais trabalhadores.

Com base nessas categorias, Dúmenil e Lévy (2011a) observam três ordens sociais distintas na história do capitalismo moderno de acordo com a relação de poder e a consequente rede de alianças que se estabelecem entre essas três classes. O critério básico que define a periodização da história econômica recente é, para os autores, a configuração de poder que essa estrutura de classes apresenta a cada momento. É com base nesse critério que Dúmenil e Lévy (2011a) especificam a sucessão de três ordens sociais no capitalismo moderno.

Do início do século XX até a Grande Depressão da década de 1930 vigorou aquilo que os autores denominam a **primeira hegemonia financeira**. De modo geral, o período caracterizou-se pelo compromisso entre a classe capitalista, particularmente a parcela que compõe as Finanças, e a classe gerencial, em detrimento da classe popular. Segundo Dúmenil e Lévy (2011a, p. 15, tradução minha), “[n]essa nova configuração de poder, as frações mais elevadas da classe capitalista são capazes de dominar a economia e a sociedade, nacional e internacionalmente”.

A partir do *New Deal*<sup>13</sup> e da Segunda Guerra Mundial, contudo, uma nova ordem social se instaurou, o **compromisso do pós-guerra** ou **compromisso keynesiano**. De acordo com Dúmenil e Lévy (2011a), três são os principais aspectos desse período. Em primeiro lugar, a relativa autonomia da classe gerencial em relação à classe capitalista se ampliou, assim como a intervenção do Estado na esfera econômica. Um segundo conjunto de fatores que marca o período consiste na elevação do poder de compra da classe trabalhadora, nas políticas explicitamente direcionadas à busca do pleno emprego e no estabelecimento do Estado de Bem-Estar Social. Por fim, em terceiro lugar, a contenção dos interesses capitalistas, sobretudo das Finanças. Conforme argumentam Dúmenil e Lévy (2011a, p. 17, tradução minha):

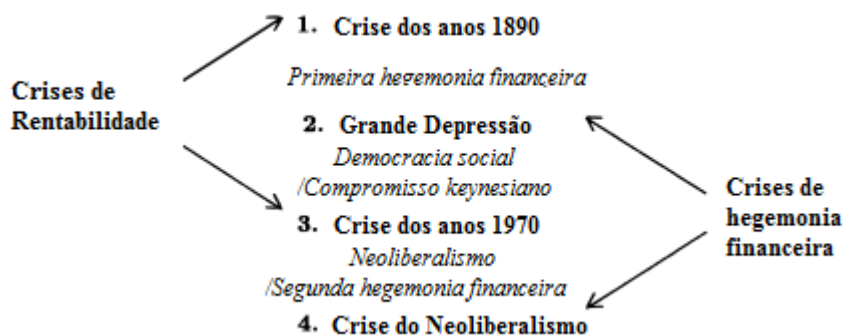
Em termos das relações de classe, a configuração de poder no compromisso do pós-guerra deve ser interpretada como uma aliança entre a classe gerencial e a classe popular sob a liderança da primeira. A classe capitalista estava longe de ser eliminada e não foi totalmente excluída do compromisso, mas a administração privada, as políticas e a forte intervenção do Estado manifestaram interesses sociais significativamente distintos daqueles da classe capitalista como, mais tarde, rigorosamente expressos no neoliberalismo.

Com a crise da década de 1970, no entanto, o compromisso keynesiano entrou em colapso e, em seu lugar, o **neoliberalismo** tornou-se a ordem social vigente. Segundo os autores, o neoliberalismo representa uma nova aliança entre a classe gerencial e a classe capitalista, em oposição à classe popular, e manifesta-se, portanto, como uma **segunda hegemonia financeira**. A contenção do poder de compra dos trabalhadores e o crescimento da participação do setor financeiro na economia são, de acordo com Dúmenil e Lévy (2011a), duas das principais características do período.

A transição de uma ordem social para outra ou, ainda, de uma fase do sistema capitalista moderno para outra é marcada pelo que os autores denominam **crises estruturais**. A natureza de cada uma dessas crises é ilustrada na figura abaixo:

---

<sup>13</sup> O *New Deal* – ou Novo Acordo – consistiu num amplo conjunto de programas econômicos implementado nos Estados Unidos entre os anos de 1933 e 1936 com o objetivo de estimular a economia e retirá-la da grave crise que então se encontrava, a Grande Depressão. Uma boa síntese sobre o assunto está disponível em Mazzucchelli (2009, cap. 7).



**Figura 2** – As crises estruturais do capitalismo.

FONTE: Dúmenil e Lévy (2011a, p. 20, tradução minha).

Conforme se pode verificar, para Dúmenil e Lévy (2011a) enquanto as crises das décadas de 1890 e de 1970 são crises de rentabilidade, a Grande Depressão e a turbulência recente, denominada pelos autores crise do neoliberalismo, são crises da hegemonia financeira. Nas palavras dos próprios autores:

A Grande Depressão e a crise do neoliberalismo não estão ligadas à tendência de queda da taxa de lucro. Em ambos os casos, a taxa de lucro estava em um lento processo de recuperação. Seja para cima, seja para baixo, a tendência da taxa de lucro não pode ser considerada um determinante da crise contemporânea. [...] Ambas são consequências do exercício da hegemonia de classe e internacional, da expansão ilimitada das exigências das classes mais elevadas que empurram os mecanismos econômicos para e, finalmente, muito além da fronteira da sustentabilidade. (DÚMENIL; LÉVY, 2011a, p. 21, tradução minha)

Se a crise recente tem como causa última, tal como argumentam os autores, as contradições inerentes à estratégia da classe capitalista – em aliança com a classe gerencial – para ampliar sua renda e riqueza, isto é, à própria dinâmica do que definem como neoliberalismo, em que elas consistem? Vale dizer, quais as contradições dessa nova fase do sistema capitalista que levaram à Grande Recessão?

Como o neoliberalismo representa uma segunda hegemonia das Finanças, materializada na aliança entre as frações mais elevadas da classe capitalista e da classe gerencial, um dos primeiros aspectos destacados é a financeirização da economia, que, para os autores, corresponde ao crescimento acelerado do volume de ativos financeiros – não apenas daqueles já existentes como, sobretudo, de novos instrumentos. O discurso e a prática neoliberal que implicaram na crescente desregulamentação e liberalização do setor financeiro foram resultado da nova configuração de classes que se instalou. Ademais, se a busca por altos rendimentos por parte das classes mais elevadas, objetivo que, segundo Dúmenil e Lévy (2011a), caracteriza o neoliberalismo, levou ao processo de financeirização, também implicou na globalização da economia capitalista. Em outras palavras, o novo arranjo social estabelecido a partir das décadas de 1970-1980, além da ampliação do setor financeiro, teve como consequência impulsionar a expansão global das grandes corporações, particularmente direcionadas ao leste asiático, e dos fluxos financeiros em geral. As medidas de desregulamentação e liberalização da economia, tanto no âmbito doméstico quanto internacional, aliadas aos movimentos de financeirização e globalização acima descritos – em boa parte resultados dessas mesmas medidas –, também tiveram o efeito de reduzir a capacidade dos governos de determinar o ritmo de crescimento da produção e do emprego.

Outro elemento apontado pelos autores é a trajetória macroeconômica dos Estados Unidos. De acordo com Dúmenil e Lévy (2011a), as baixas taxas de investimentos nas últimas décadas e os crescentes déficits no balanço de pagamentos em transações correntes no período tornaram ainda mais propícias as condições para a crise. Por um lado, o fraco desempenho da acumulação de capital e a estagnação dos salários reais fez com que o crescimento econômico norte-americano dependesse cada vez mais do afrouxamento da política monetária e do endividamento das famílias. Por outro, o aumento do consumo refletia-se em maiores importações que, por sua vez, ampliava os desequilíbrios da economia estadunidense e a necessidade de financiamento externo em volumes progressivamente maiores.

Desse modo, os autores sustentam que a despeito do sucesso da estratégia neoliberal em aumentar os rendimentos das classes mais elevadas, fenômeno observável pelo aumento da desigualdade de renda

nas últimas décadas e a recuperação da taxa de lucro, os meios utilizados para atingi-lo implicaram numa estrutura financeira frágil e suscetível a variações bruscas nos preços dos ativos.

A crise do mercado imobiliário, segundo os autores, foi apenas o estopim, a causa imediata da Grande Recessão – denominada por Dúmenil e Lévy (2011a) de Grande Contração –, sua causa última reside na dinâmica contraditória do neoliberalismo, na estratégia da classe capitalista em aliança com a classe gerencial para elevar ao máximo os seus rendimentos. As políticas de corte neoliberal, a crescente financeirização da economia, o movimento de globalização recente, o fraco desempenho econômico agregado dos Estados Unidos, o déficit em transações correntes e o elevado endividamento interno e externo são os fatores, direta ou indiretamente relacionados àquela estratégia, que, conjuntamente, levaram à crise. Se, por um lado, as Finanças, mediante compromisso com a classe gerencial, foi capaz de ampliar seus rendimentos e, simultaneamente, a participação do setor financeiro na economia, por outro, foram os elementos responsáveis por esse sucesso que acabaram por criar uma situação econômica insustentável. Assim, a Grande Recessão é fruto, em última instância, dessa ordem social particular e, segundo os autores, marca seu fim, caracterizando-se, portanto, como uma crise estrutural.

## 2.2. A estrutura social de acumulação neoliberal e sua crise: Kotz (2009; 2010)

Uma segunda vertente teórica de inspiração marxista que também tem se devotado a elucidar as causas da crise recente e que se enquadra no conjunto de abordagens consideradas nesta seção é aquela agrupada em torno do conceito de **estrutura social de acumulação**. De acordo com essa perspectiva, é possível identificar ao longo da história do capitalismo a formação, consolidação e colapso de determinados sistemas institucionais que, durante certos períodos, conferem estabilidade à economia e, dessa forma, possibilitam a continuidade do processo de acumulação de capital – ou seja, do movimento de valorização da riqueza privada. Conforme argumentam, Gordon, Edwards e Reich (1994, p. 13-15, tradução minha), autores pioneiros da teoria da estrutura social de acumulação:

Os capitalistas não podem e não irão investir na produção a menos que sejam capazes de fazer razoavelmente determinados cálculos sobre as taxas de retorno esperadas. [...] Sem um ambiente externo estável e favorável, o investimento capitalista na produção não ocorrerá. Nós nos referimos a esse ambiente externo como a estrutura social de acumulação. [...] A estrutura social de acumulação consiste em todas as instituições que influenciam o processo de acumulação de capital.

Entre os autores que adotam essa perspectiva teórica, David M. Kotz é aquele que mais tem se destacado no estudo da crise recente. Em artigo intitulado *The financial and economic crisis of 2008: a systemic crisis of neoliberal capitalism*, Kotz (2009, p. 304, tradução minha), assim como Dúmenil e Lévy (2011a), sustenta que a turbulência contemporânea deve ser interpretada como uma “crise sistêmica de uma forma particular do capitalismo, ou seja, do capitalismo neoliberal”. O critério utilizado para a caracterização dessa fase do sistema capitalista, o conceito de estrutura social de acumulação, no entanto, é o que distingue a sua análise das demais.

Para o autor, os últimos 35-40 anos assistiram a formação, consolidação e o colapso de uma estrutura social de acumulação particular, denominada neoliberal. A crise contemporânea reflete o esgotamento dessa estrutura. A fim de caracterizar o período recente como uma fase particular do sistema capitalista com base no conceito de estrutura social de acumulação, Kotz e Wolfson (2010), no entanto, sugerem uma mudança em relação à forma como a categoria foi tradicionalmente utilizada. Segundo os autores, é usual na literatura sobre o tema considerar que o estabelecimento de uma estrutura social de acumulação se manifeste em elevadas taxas de crescimento. Contudo, para Kotz e Wolfson (2010), a despeito daquilo que a definição convencional da categoria possa sugerir, não se deve estabelecer uma relação dessa natureza.

É razoável argumentar que as instituições cumprem um papel central na explicação de por que a acumulação de capital é relativamente acelerada durante certos períodos. A teoria da estrutura social de acumulação tradicional, entretanto, foi além ao afirmar que cada nova estrutura social de acumulação desenvolve uma rápida acumulação de capital. A suposição razoável de que o crescimento acelerado requer uma estrutura social de acumulação que o promova não implica, por si só, que cada estrutura social de acumulação irá promover um crescimento acelerado. (KOTZ; WOLFSON, 2010, p. 76, tradução minha)

Conforme argumentam os autores, para determinar se certa estrutura social de acumulação é mais ou menos favorável ao crescimento, deve-se analisar o processo que orienta sua formação.

De modo geral, a estrutura social de acumulação é expressão político-institucional da relação de poder que se estabelece a cada momento entre as classes que compõem a sociedade capitalista, basicamente as classes trabalhadora e capitalista<sup>14</sup>. Segundo Kotz e Wolfson (2010), o pressuposto fundamental é o de que a classe capitalista, dominante no sistema, cumpre o papel principal na construção de uma nova estrutura social de acumulação. Ora, o único objetivo do capitalista é fazer com que sua riqueza se expanda o mais rapidamente possível e não com que a economia cresça a taxas historicamente elevadas. Vale dizer:

[...] promover uma rápida acumulação no sistema como um todo não é o interesse central do capitalista individual, tampouco é normalmente a base sobre a qual os capitalistas superam as dificuldades de cooperação para reestruturar as instituições sociais. Assim, dado o papel predominante do capital na criação das estruturas sociais de acumulação, parece não haver qualquer razão para esperar que cada nova estrutura irá aumentar a taxa de acumulação. [...] (KOTZ; WOLFSON, 2010, p. 78, tradução minha)

Para os autores, a estrutura social de acumulação expressa a estabilização temporária das contradições<sup>15</sup> entre a classe capitalista e a classe trabalhadora, de forma a garantir a valorização da riqueza privada, com maiores ou menores taxas de crescimento do produto e do emprego. Há dois modos pelos quais essas contradições podem ser estabilizadas: a classe trabalhadora pode estar forte o suficiente para desafiar os capitalistas e dividir o poder, dando origem a uma estrutura social de acumulação regulada, ou os capitalistas podem dominar completamente os trabalhadores e ditar as condições do novo arranjo, de onde é provável que se instaure uma estrutura social de acumulação liberal (KOTZ; WOLFSON, 2010). As características básicas de uma estrutura regulada são, conforme destaca Kotz (2010, p. 367-368, tradução minha), as seguintes:

1) o Estado regula ativamente a economia, incluindo o comportamento dos negócios e das finanças; 2) a relação capital-trabalho, no local de trabalho, tem um elemento significativo de compromisso entre os dois lados, particularmente entre o grande capital e o trabalho; 3) os grandes negócios se envolvem em uma competição restringida, corresponsiva<sup>16</sup>; 4) a ideologia dominante enfatiza os benefícios da regulação estatal dos negócios, da cooperação entre capital e trabalho e de uma competição “civilizada”.

Uma estrutura social de acumulação liberal, contudo, apresenta os seguintes principais traços:

1) só há uma regulação estatal limitada da economia e dos negócios e finanças; 2) o capital, incluindo o grande capital, se esforça por dominar totalmente o trabalho no local de trabalho; 3) as grandes empresas se envolvem numa concorrência acirrada, desenfreada; 4) o livre-mercado ou o liberalismo clássico é a ideologia dominante, que vê o Estado como um inimigo da liberdade e da eficiência e louva as virtudes da concorrência desenfreada. (KOTZ, 2010, p. 368, tradução minha)

O capitalismo neoliberal, ou seja, a estrutura social de acumulação das últimas 3-4 décadas é, de acordo com essa perspectiva, um exemplo típico da segunda forma de estabilização da luta entre as classes trabalhadora e capitalista acima mencionada. Conforme argumenta Kotz (2009, 2010), no final dos anos 1970 e início da década seguinte configurou-se, principalmente nos Estados Unidos e no Reino Unido, um arranjo institucional que refletia nitidamente o domínio crescente da classe capitalista. A estrutura social de acumulação regulada do pós-guerra deu lugar a um sistema liberal, cujas características essenciais são:

1) a desregulamentação dos negócios e das finanças, tanto nacional quanto internacionalmente, para permitir que o chamado “livre mercado” domine e possibilite a livre mobilidade dos capitais; 2) a privatização de muitos serviços estatais; 3) a renúncia de uma política fiscal discricionária,

<sup>14</sup> “Embora não haja garantias de que uma nova estrutura social de acumulação irá emergir, se acontecer, refletirá o alinhamento de forças das classes (e outras influências sociais) que a produziram” (GORDON; EDWARDS; REICH, 1994, p. 20, tradução minha).

<sup>15</sup> “Por contradição, entendemos uma relação dialética entre dois grupos, que pode ser ou não um conflito. Os dois grupos em contradição estão sempre em luta um com o outro, embora possa haver um equilíbrio temporário – isto é, uma estabilização temporária da luta” (KOTZ; WOLFSON, 2010, p. 80, tradução minha).

<sup>16</sup> O termo “competição corresponsiva” foi cunhado por Schumpeter (2003) para designar as práticas concorrenciais de boa parte das grandes empresas, que não se pautam por medidas agressivas tais como a guerra de preços.



anteriormente destinada a moderar os ciclos econômicos e manter o desemprego relativamente baixo; 4) as fortes reduções nos gastos sociais do Estado; 5) redução dos impostos sobre os negócios e os indivíduos ricos; 6) ataque aos sindicatos pelas grandes empresas e pelo Estado; 7) uma mudança no processo de trabalho, de empregos de longo-prazo para o uso crescente de trabalhadores temporários e em regime de tempo parcial; 8) a concorrência acirrada, sem restrições, substituiu o “comportamento correspectivo” praticado pelas grandes corporações no capitalismo regulado do pós-guerra; 9) a introdução de princípios de mercado no interior das grandes corporações, incluindo uma mudança na escolha dos CEOs<sup>17</sup>, de entre os funcionários de carreira da empresa para a contratação em um mercado de CEOs. (KOTZ, 2009, p. 307, tradução minha)

Como resultado da estrutura social de acumulação constituída neste período, três foram os desenvolvimentos, particularmente nos Estados Unidos, que, segundo Kotz (2009, 2010), acabaram por levar à crise.

Em primeiro lugar, tem-se a **crecente distância entre a participação dos lucros e a dos salários na renda agregada**, bem como entre as frações mais ricas e as mais pobres da população. Kotz (2009, p. 309) demonstra que o crescimento da produtividade foi maior do que o dos salários, em média, para todo o período que se estende de 1979 a 2007. Entre os anos de 2000 e 2007 a diferença entre as duas taxas é ainda mais significativa. O autor afirma, por conseguinte e, que houve uma mudança na distribuição de renda a favor do capital, fruto de um aumento da exploração do trabalho. Vale dizer, em termos marxistas, que elevou-se a taxa de mais-valia – razão entre a mais-valia produzida em determinado período e o dispêndio em capital variável (mão-de-obra).

Ademais, nos Estados Unidos, “[d]e 1979-2004, a participação na renda nacional das 5% famílias mais ricas cresceu de 15,3% para 20,9%, enquanto que a parcela dos 20% mais pobres caiu de 5,5% para 4%” (KOTZ, 2009, p. 310, tradução minha).

O segundo determinante da crise recente, também resultado da estrutura institucional neoliberal é, de acordo com o autor, a **mudança de comportamento das instituições financeiras** que se distanciaram cada vez mais de suas atividades tradicionais para se dedicarem a atividades especulativas de alta rentabilidade e risco elevado. O grande comprometimento do setor financeiro com ativos lastreados em hipotecas *subprime* é, segundo Kotz (2009), apenas mais uma das inúmeras evidências que demonstram os níveis de risco assumido pelo segmento nas últimas décadas.

Por fim, o terceiro desenvolvimento da estrutura social de acumulação neoliberal é a **formação de bolhas de ativos cada vez maiores**. Conforme destaca Kotz (2010, p. 369, tradução minha):

Uma bolha de ativos é uma elevação que se autoperpetua no preço de um ativo que resulta da expectativa de aumentos futuros no preço desse ativo. Por exemplo, se os investidores esperam que o preço dos imóveis se eleve aceleradamente num futuro próximo, eles terão um incentivo para adquirir imóveis e, assim, obter um ganho de capital a partir do aumento dos preços. Esse pode tornar-se um processo autossustentável se os lucros auferidos pelos investidores de um aumento dos preços dos ativos atrair mais investidores, cujas compras, por sua vez, farão os preços dos ativos continuar subindo. Cada uma das longas expansões econômicas da era neoliberal nos Estados Unidos assistiu uma grande bolha de ativos [...].

Embora apresente a combinação dos três elementos acima mencionados como a causa da Grande Recessão, Kotz (2009, 2010) não deixa dúvidas quanto ao fator que considera essencial: a perda da participação da classe trabalhadora na renda vis-à-vis o crescimento da parcela correspondente ao lucro. O autor é claro quando afirma que “o crescimento dos lucros estimula uma acumulação rápida e o aumento da produção, mas a estagnação ou queda dos salários limita a demanda” (KOTZ, 2010, p. 369, tradução minha). Vale dizer que, para o autor, a configuração institucional neoliberal fez com que o crescimento da demanda agregada fosse insuficiente para a realização das mercadorias produzidas, uma vez que o investimento e o consumo capitalista não seriam capazes de contrabalançar o declínio do consumo da classe trabalhadora<sup>18</sup>. O envolvimento do setor financeiro em atividades de maior risco e as

<sup>17</sup> *Chief executive officer* (Executivo principal).

<sup>18</sup> Embora o autor não explicita quais as razões lógicas que tornam o consumo da classe trabalhadora a variável central para a compreensão da crise, parece legítimo considerá-lo, em virtude de sua ênfase na demanda dos trabalhadores, um adepto das

bolhas de ativos que se verificaram no período, também características do sistema neoliberal, serviram apenas para adiar a crise, solucionando temporariamente o **problema de realização** que a queda da participação dos salários na renda e o aumento na desigualdade haviam causado. Conforme argumenta Kotz (2009, p. 312, tradução minha):

Esse problema [da realização] foi resolvido no capitalismo neoliberal da única maneira possível: alguns grupos gastando mais que sua renda. Isto é, as expansões longas foram possíveis pelo endividamento crescente. O endividamento crescente exige uma garantia maior e as bolhas de ativos ofereceram essa garantia crescente.

A bolha no mercado imobiliário, o acelerado endividamento das famílias e a Grande Recessão foram, portanto, desenvolvimentos necessários da forma assumida pelo capitalismo nas últimas décadas. Se, por um lado, no período recente, a demanda foi suprida pelo crédito farto que o maior apetite por risco das instituições financeiras e a bolha no mercado imobiliário permitiram, por outro, a incapacidade de pagamento de boa parte dos endividados, resultado da estagnação dos salários reais, tornou insustentável a continuidade do movimento ascendente e trouxe à tona, de forma ainda mais severa, o problema de realização. O crédito permitiu que o consumo crescesse aceleradamente em relação à renda disponível, suprimindo a insuficiência da demanda da classe trabalhadora, decorrente da estagnação dos salários reais.

O estouro da bolha, a contração do crédito e a redução drástica do consumo colocaram novamente em evidência o problema da realização – ou, em outras palavras, o excesso de capacidade produtiva – e, como consequência, teve lugar a crise.

De qualquer modo, para Kotz (2009, 2010), a turbulência recente tem origem, em última instância, nos elementos constitutivos da estrutura social de acumulação neoliberal, que levaram ao aumento da concentração da renda, às atividades financeiras mais arriscadas e à bolha de ativos.

Estes três desenvolvimentos – aumento da desigualdade, as grandes bolhas de ativos e um setor financeiro propenso ao risco, especulativo – não são traços inerentes ao capitalismo em geral. [...] Aqueles três desenvolvimentos são características da forma institucional liberal do capitalismo. (KOTZ, 2010, p. 373, tradução minha)

Assim, tal como para Dúmenil e Lévy (2011a), é na dinâmica inerente à fase neoliberal do capitalismo que se encontra a causa última da turbulência contemporânea.

### 2.3. Síntese

Mesmo reconhecendo a existência de outros autores cujos trabalhos sobre a Grande Recessão poderiam ter sido contemplados nesta seção, as contribuições aqui sumariadas podem ser consideradas uma representação razoável dos demais estudos que atribuem a crise recente, em última instância, à dinâmica de uma fase particular do sistema capitalista<sup>19</sup>.

---

teorias da crise subconsumistas; aquelas cuja ideia básica é a “de que a demanda por bens de consumo seja o regulador último da produção em geral” (SHAIKH, 1983, p. 11).

<sup>19</sup> Alguns outros trabalhos que defendem argumentos semelhantes a um ou outro dos estudos examinados são: Harvey (2010), Husson (2010), Resnick e Wolff (2010), Moseley (2009), McNally (2011), Saad-Filho (2010; 2011a), entre outros. Uma exceção importante são os trabalhos daquela que se pode denominar Escola do Capital Monopolista, cujas análises são inspiradas na tese de Baran e Sweezy (1978) de que o capitalismo moderno, em virtude de seu aspecto monopolista, apresenta uma tendência inerente à estagnação. O principal trabalho dessa vertente é o livro publicado por Foster e Magdoff (2009), no qual se avança a ideia de que a Grande Recessão é resultado da combinação entre estagnação – fruto, em última instância, do baixo crescimento da demanda, particularmente do consumo, frente à capacidade produtiva instalada – e da fragilidade financeira criada pelo crédito farto e as bolhas de ativos – elementos que, de certo modo, camuflaram os problemas de demanda. Segundo os autores, são esses dois aspectos que caracterizam a etapa mais recente do capitalismo, o estágio do capitalismo monopolista-financeiro, que sucedeu o capitalismo monopolista identificado por Baran e Sweezy (1978). Apesar de conceberem a estagnação como um traço constitutivo do capitalismo moderno, não é difícil notar como a análise de Foster e Magdoff (2009) se aproxima das de Kotz (2009, 2010). Ambos salientam o problema da realização e consideram o crescimento do crédito e a formação de bolhas como “soluções” temporárias para esse problema. Do mesmo modo, é legítimo considerá-los também representantes do subconsumismo. Para uma síntese dos principais argumentos do livro, cf. Foster e McChesney (2009).

Ainda que as diversas análises não destaquem exatamente os mesmos elementos na caracterização do que consideram a última etapa do capitalismo, a revisão aqui empreendida permite apontar alguns fatores essenciais comuns a praticamente todas elas.

Em primeiro lugar, o foco na relação de poder entre as classes que compõem o sistema capitalista, particularmente as classes capitalista e trabalhadora. Com efeito, é com base no exame da estrutura de classes que Dúmenil e Lévy (2011a) e Kotz (2009, 2010) concebem as mudanças políticas/econômicas/institucionais que surgiram a partir das décadas de 1970-1980 e constituem, segundo essa perspectiva, a causa última da Grande Recessão. Nesse sentido, há um relativo consenso no grupo de que as últimas décadas assistiram o fortalecimento da classe capitalista, particularmente aquela fração que se dedica às atividades financeiras, cujo poder foi supostamente restringido durante o pós-guerra.

Um segundo ponto comum a ser ressaltado é o aumento da desigualdade de renda a favor dos capitalistas, resultado do movimento de retomada do poder pelo capital acima descrito. A estagnação dos salários reais não apenas limitou o crescimento da demanda como fez com que o endividamento da classe trabalhadora assumisse uma trajetória insustentável, ao mesmo tempo em que possibilitou a recuperação da taxa de lucro.

Em terceiro lugar, encontra-se a proeminência do setor financeiro. Na realidade, um último elemento para o qual convergem os estudos que compõem a perspectiva teórica exposta nesta seção é a visão de que as atividades financeiras – e, conseqüentemente, os capitalistas que dela fazem parte – tornaram-se, de certa forma, o motor do capitalismo nas últimas décadas. O crescimento do setor financeiro, a maior amplitude dos ciclos de expansão e retração do crédito e a formação de bolhas de ativos sucessivas e crescentes, constituem, de acordo com essa perspectiva, expressões necessárias do capitalismo neoliberal e financeirizado, elementos fundamentais para a compreensão da Grande Recessão.

Cabe salientar, por fim, que a hipótese de que a crise recente tenha sido causada, em última instância, pelas características de uma fase específica do capitalismo supõe que uma estrutura institucional diversa, poderia tê-la evitado. Em outras palavras, os adeptos dessa abordagem, ao se contraporem à ideia de uma teoria geral da crise capitalista, são levados a concluir que a turbulência recente poderia ter sido contornada mediante, por exemplo, reformas adequadas.

### **3. Uma crise capitalista**

#### **3.1. Crise e tendência à queda da taxa de lucro revisitada: os temporalistas**

A seção anterior dedicou-se às interpretações cujo argumento central era o de que a crise deveu-se, em última instância, à dinâmica de uma fase particular do sistema capitalista, ao neoliberalismo. As análises desta seção, porém, partem de uma perspectiva bastante diversa. Segundo os autores que compõem a corrente aqui analisada, a Grande Recessão tem origem na própria dinâmica do sistema capitalista em geral, e não nos fatores que caracterizam a fase recente de seu desenvolvimento. O exame se volta, sobretudo, para o movimento da taxa de lucro, da acumulação de capital e menos sobre as especificidades da relação entre as classes, a distribuição da renda e as atividades financeiras. A hipótese básica em torno da qual é possível reunir a quase totalidade – senão a totalidade – dos estudos que defendem essa perspectiva é a queda da taxa de lucro.

Ao contrário do debate marxista sobre as causas da crise da década de 1970, que, grosso modo, girou em torno dos fatores determinantes da queda da taxa de lucro e não na queda em si – sobre a qual havia um relativo consenso –, não é este, como já se pôde observar, o tom das discussões sobre a Grande Recessão. Enquanto as correntes teóricas agrupadas na seção anterior têm negado que a taxa de lucro da economia norte-americana tenha apresentado uma trajetória declinante ao longo das últimas décadas, esse é precisamente o argumento de vários outros acadêmicos marxistas.

Qual a origem de tamanha divergência? Seria apenas o resultado de um método de mensuração distinto ou refletiria alguma diferença teórica mais profunda?

Aqui se confrontam duas interpretações distintas sobre a teoria marxista do valor, particularmente sobre aquilo que ficou conhecido na literatura como o “problema da transformação”<sup>20</sup>. De um lado, aquela que se pode considerar a interpretação convencional e, de outro, a interpretação do sistema único temporal (ISUT). Conforme argumentam Kliman e McGlone (1999, p. 34, tradução minha, grifos dos autores), dois dos principais proponentes da ISUT:

[...] a interpretação convencional concebe os valores e preços da teoria de Marx como dois sistemas separados e determinados de forma atemporal. É **atemporal**, pois os valores e preços dos insumos são determinados simultaneamente com, e são, portanto, necessariamente iguais a, os valores e preços do produto. A ISUT, em contraste, afirma que Marx concebe os valores e preços dos insumos como determinados **antes** dos valores e preços do produto, então, os primeiros tornam-se determinantes dos últimos. Por exemplo, o valor do capital constante (gasto em meios de produção), insumo em dado momento, torna-se o elemento formador do valor do produto, e a taxa de lucro mede o lucro auferido neste período em relação ao capital adiantado no período anterior.

A interpretação tradicional é uma interpretação **dual**, pois as magnitudes dos preços não são determinantes dos valores, tampouco as magnitudes dos valores são determinantes dos preços. A ISUT da teoria de Marx, em contraste, sustenta que o valor do capital adiantado depende dos preços, não dos valores, dos insumos, e o preço do produto agregado depende do mais-trabalho e da mais-valia realizada na produção capitalista.

Em linhas bastante gerais, a interpretação convencional aponta que Marx (1985), ao expor o modo pelo qual se daria a passagem dos valores aos preços de produção, cometeu um grave equívoco ao não considerar que também os insumos deveriam passar pelo mesmo procedimento. A correção que se fez do modelo apresentado por Marx (1985) baseou-se não em um processo iterativo, sequencial – como parecia ser sua sugestão –, mas na construção de um modelo de determinação simultânea, no qual os valores/preços dos insumos são iguais, por definição, aos valores/preços do produto. Assim, firmou-se na literatura a ideia de que valores e preços são dois sistemas paralelos, cuja relação, se existir, deve ser estabelecida por meio da resolução de um conjunto de equações simultâneas.

As conclusões obtidas por meio desse método, no entanto, divergiram daquelas a que Marx havia chegado: a soma dos preços não correspondia à soma dos valores; o lucro total não era idêntico à mais-valia total; e, por fim, a taxa de lucro média em valor era distinta da taxa de lucro média obtida pelo sistema de preços. Em outras palavras, a dimensão quantitativa da teoria do valor de Marx, segundo essa perspectiva, se mostrou logicamente inconsistente, uma vez que o sistema de preços não podia ser obtido por meio do sistema de valores.

Não menos importante, quando aplicado à questão dos valores/preços, o método simultâneo indicava que o trabalho, enquanto substância do valor, não cumpria qualquer função na determinação dos preços e da taxa de lucro, pois estes podiam ser obtidos diretamente pelas quantidades físicas dos insumos e do produto. Dessa forma, a teoria do valor de Marx não apenas carecia de consistência lógica como, ademais, seria completamente desnecessária para que se determinassem o sistema de preços e a taxa de lucro correspondente.

De acordo com Kliman (2007) e Carchedi (2011a), essa tradição teórica, cuja referência básica é o estudo de Bortkiewicz (1952), de 1907, passa por Sraffa (1977), com seu livro de 1960, e atinge sua maior expressão em Steedman (1981), com sua obra de 1977. Steedman (1981, p. 48), com efeito, sintetiza muito bem as conclusões que, em última análise, decorrem da adoção do método simultâneo para a questão dos valores/preços de Marx:

---

<sup>20</sup> “Problema da transformação” é a expressão, a meu ver inapropriada, geralmente utilizada para se referir ao debate acerca do procedimento exposto por Marx (1985, cap. 9) para demonstrar a passagem dos valores aos preços de produção, isto é, ao conjunto de preços que garantiria a mesma taxa de lucro a todos os capitais individuais. Se, por um lado, as duas amplas abordagens destacadas neste trabalho estão longe de representar os inúmeros apontamentos que o tema suscitou – e ainda suscita –, por outro, são suficientes para os propósitos deste estudo. Da mesma forma, a fim de facilitar a exposição, as conclusões de cada uma dessas duas interpretações não são rigorosamente demonstradas, mas apenas apresentadas. Para maiores detalhes sobre o tema cf. Kliman (2007) e Saad-Filho (2011b).

Ao fazê-la [a transformação], no entanto, encontra-se que, em geral, lucros e preços não podem ser derivados do esquema ordinário do valor, que  $\frac{s}{(c+v)}$  não é a taxa de lucro e que o lucro total não é igual à mais-valia total. Logo, não somente é possível construir a teoria do lucro e dos preços pelo esquema físico, mas se é forçado a fazê-lo.

Outro ponto da teoria de Marx rejeitado pela interpretação convencional é a própria lei da queda tendencial da taxa de lucro. Inspirado pela obra de Sraffa (1977), Okishio (1961) foi capaz de provar matematicamente que a introdução de inovações técnicas, dado o nível de salário real, ao elevar a produtividade, ainda que reduzindo a proporção do capital variável, reflete-se em uma taxa média de lucro maior, e não menor como apontava Marx (1985). Se a remuneração do trabalhador for, de fato, considerada constante e o preço dos insumos seja idêntico ao preço dos produtos, a taxa de lucro, sendo, dessa forma, um mero excedente físico, jamais declinará com o aumento da produtividade. O Teorema de Okishio, como ficou conhecida a proposição acima, teve grande impacto sobre os estudiosos de inspiração marxista, sobretudo por desacreditar a lei da queda tendencial da taxa de lucro como uma hipótese teórica válida para a análise das crises.

Em contraposição à abordagem convencional, a ISUT, procura demonstrar como a inconsistência lógica atribuída à dimensão quantitativa da teoria do valor de Marx não deriva dela mesma, mas da forma com que foi interpretada ao longo do século XX. Desse modo, caberia rejeitar não a teoria do valor proposta por Marx, mas antes as interpretações que a tornam inconsistente. A própria forma pela qual a abordagem foi chamada pelos seus proponentes fornece indícios de como essa interpretação se diferencia da anterior. Primeiro, ela busca caracterizar um processo que ocorre ao longo do tempo histórico. Em outras palavras, a transformação dos valores em preços de produção é um movimento contínuo, que se manifesta a cada período e não de uma única vez. Segundo, preços e valores não são concebidos como dois universos ou sistemas paralelos – de tal modo que teremos sempre duas formas de determinação das taxas de lucro e das relações de troca entre as mercadorias – cuja vinculação, como se viu, é pouco provável, se não impossível, nos termos propostos pela interpretação convencional.

Ao sustentar que os preços dos insumos podem – e, em geral, irão – ser diferentes dos preços dos produtos e que valor e preço, embora distintos, se determinam mutuamente ao longo do tempo – de tal forma que o valor do capital adiantado depende do preço de seus componentes e não do valor originalmente despendido na produção destes –, a ISUT foi capaz de remover as principais críticas ao aspecto quantitativo da teoria do valor de Marx. Conforme demonstram Freeman (1995), Kliman e McGlone (1999), Kliman (2007), Carchedi (2011a) e vários outros, a partir da ISUT da teoria do valor de Marx a soma dos preços é igual à soma dos valores, a magnitude do lucro é idêntica à magnitude da mais-valia e a taxa de lucro média em termos de valor é a mesma que a taxa de lucro média em termos de preço para cada período de produção considerado. Vale dizer, todas as igualdades agregadas entre valor e preço apresentadas por Marx se mostraram logicamente válidas com base nessa interpretação.

Em um dos seus principais estudos sobre a crise recente, *The persistente fall in profitability underlying the current crisis: new temporalist evidence*, Kliman (2010) analisa detidamente o movimento da taxa de lucro da economia norte-americana de acordo com a ISUT, da qual é um dos mais destacados expoentes<sup>21</sup>. Tomando como base sua medida de lucro mais abrangente<sup>22</sup>, denominada renda da propriedade<sup>23</sup>, Kliman (2010) apresenta a seguinte figura sobre a evolução da taxa de lucro nos Estados Unidos:

<sup>21</sup> No momento em que este estudo já estava em fase de conclusão, Kliman publicou um novo trabalho sobre a crise recente, intitulado *The Failure of Capitalist Production: Underlying Causes of the Great Recession*, que, em linhas gerais, reforça os argumentos de suas análises anteriores.

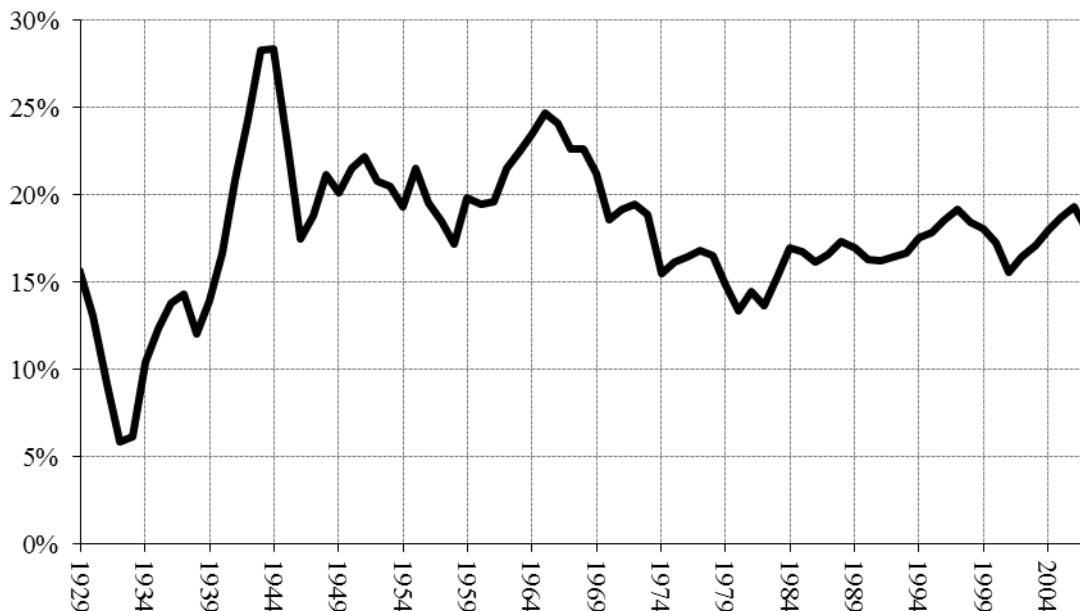
<sup>22</sup> Kliman (2010) é claro ao afirmar que existem inúmeras formas de se medir o lucro – e, por conseguinte, a taxa de lucro – e que a escolha da mais adequada depende do propósito que se tem em mente. O próprio autor fornece várias dessas medidas em seu trabalho. No entanto, dados os propósitos do presente estudo e o fato de que os resultados obtidos por Kliman (2010) não se alteram em relação às diferentes medidas apresentadas, optei por expor aqui apenas aquela que mais parece se aproximar da taxa geral de lucro de Marx,  $\frac{s}{c}$ .

<sup>23</sup> “Eu estou usando o termo ‘renda da propriedade’ para me referir ao valor adicionado líquido menos a compensação dos empregados” (KLIMAN, 2010, p. 19, tradução minha).



**Figura 3** – Renda da propriedade como proporção do estoque de ativos fixos a custos históricos das corporações norte-americanas (1929-2006).  
 FONTE: Kliman (2010, p. 26).

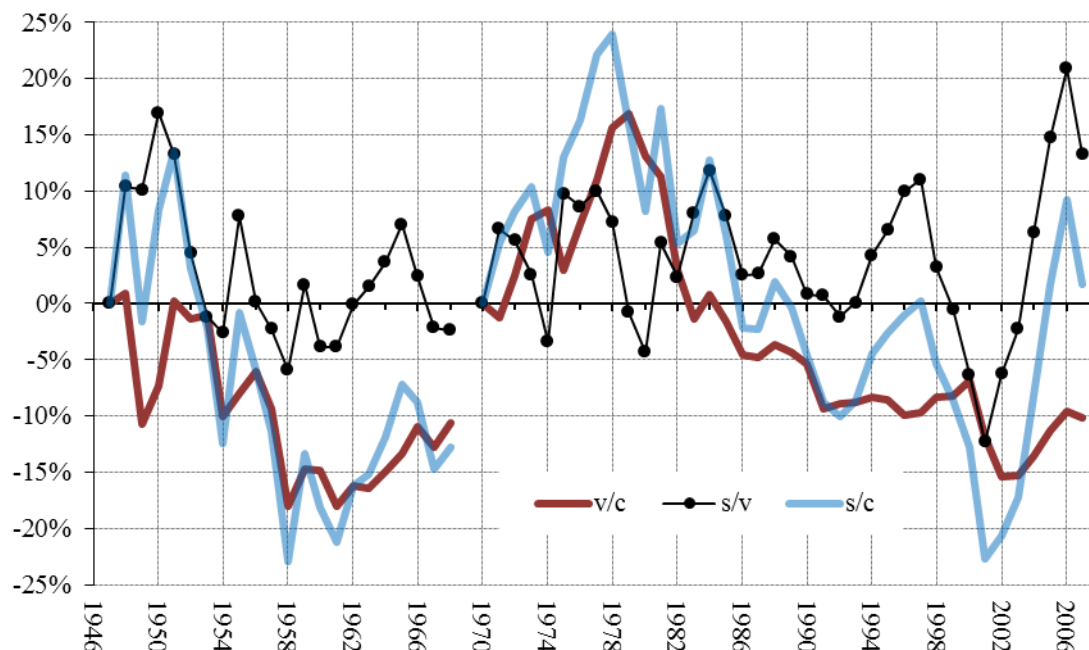
Segundo os dados apresentados observa-se que, de 1982 a 2001, período para o qual é comum se afirmar que a taxa de lucro recuperou-se e iniciou uma trajetória sustentada de elevação, a rentabilidade reduziu-se de 31,8% para 23,3% (KLIMAN, 2010, p. 26). Ao considerar, porém, a taxa de lucro a preços correntes, a trajetória se inverte. Conforme demonstra a figura 4, se se avalia o estoque de capital a custos correntes, a taxa de lucro se eleva de 13,7% para 15,6%.



**Figura 4** – Renda da propriedade como proporção do estoque de ativos fixos a custos correntes das corporações norte-americanas (1929-2006).  
 FONTE: Kliman (2010, p. 37).

Mas se é verdade que, tal como sustenta Kliman (2010), a taxa de lucro declinou ao longo das últimas décadas, como explicar este fenômeno?

A resposta a essa pergunta, é apresentada na figura 5, onde a renda da propriedade é uma aproximação para  $S$ , a compensação dos empregados uma aproximação para  $V$  e os ativos fixos a custos históricos uma aproximação para  $C$ . O gráfico apresenta a variação percentual acumulada para a taxa de lucro, a taxa da mais-valia e o inverso da composição orgânica do capital para os períodos de 1947-1968 e 1970-2003.



**Figura 5** – Variação percentual acumulada do inverso da composição orgânica do capital, da taxa de mais-valia e da taxa de lucro das corporações norte-americanas (1947-1968 e 1970-2003).

FONTE: Kliman (2010, p. 60)

Tal como se pode observar, uma vez que a taxa de mais-valia apresenta uma tendência praticamente constante no curso total de cada período considerado, é legítimo afirmar que sua influência sobre a trajetória da taxa de lucro é desprezível. Vale dizer, que os dados apresentados permitem a Kliman (2010, p. 60, tradução minha) afirmar que “o declínio de longo prazo da taxa de lucro durante cada período foi quase inteiramente resultante da elevação da composição orgânica do capital (i.e., a queda de sua recíproca)”. Segundo estimativas do autor, a taxa de lucro caiu 12,8% entre 1947-1968, sendo que 10,6% deve-se à elevação da composição orgânica do capital e 2,4% à queda da taxa de mais-valia. Entre 1970 e 2003, a taxa de lucro declinou em torno de 17,2%, sendo 15,3% em virtude do aumento da composição orgânica do capital e 2,4% à queda da taxa de mais-valia<sup>24</sup>.

Logo, da crise de 1982 à de 2001, última crise nos Estados Unidos anterior à Grande Recessão, a taxa de lucro continuou em queda e, ademais, essa queda foi resultante, em grande parte, da elevação da composição orgânica do capital, tal como na lei da queda tendencial da taxa de lucro proposta por Marx (1985)<sup>25</sup>. Esses fatos, argumenta o autor, dão suporte à ideia de que a queda da taxa de lucro constitui a causa última, subjacente, da Grande Recessão, chamada pelo autor de causa indireta:

<sup>24</sup> Considerando que o capital variável não está incluído no cálculo do estoque de capital, que se resume aos ativos fixos, tem-se que:  $\frac{s}{c} = \frac{s}{v} \cdot \frac{v}{c}$ . Logo:  $\Delta \frac{s}{c} \approx \Delta \frac{s}{v} + \Delta \frac{v}{c}$ .

<sup>25</sup> Kliman (2010, p. 63) é cuidadoso o suficiente para não considerar os resultados obtidos como uma prova da lei da queda tendencial da taxa de lucro, pois os dados analisados são de apenas um país, as variáveis não são aproximações ideais para as categorias marxistas e, por fim, variações na expressão monetária do tempo de trabalho podem causar discrepâncias entre a taxa de lucro aqui observada e aquela de Marx, ajustada para essas variações. Em outras palavras, as conclusões são consistentes com a teoria marxista, mas não a provam.

É certamente verdadeiro que a queda da taxa de lucro não foi a causa imediata da crise. Se buscarmos ir além dos relatos jornalísticos que apenas relacionam os eventos atuais, entretanto, devemos olhar para os desenvolvimentos de longo prazo, que definem o palco para a crise e, portanto, serviram como causas indiretas. Este trabalho argumenta que a queda da taxa de lucro foi uma causa indireta chave. (KLIMAN, 2010, p. 29, tradução minha)

O uso do termo causa indireta pelo autor é, aqui, bastante oportuno. Afinal, o declínio da taxa de lucro – e a queda da taxa de acumulação que dele resulta – não é causa direta, imediata, da crise. Vale dizer, devem haver elos intermediários que tornem o fenômeno compreensível. De acordo com Kliman (2010, p. 30-31, tradução minha), os principais destes elos são o crédito e a especulação:

Porque a queda da taxa de lucro e da acumulação levam à crise apenas indiretamente, elas não o fazem imediatamente. Elas levam primeiro à especulação intensificada. [...] Apenas quando as dívidas finalmente não podem ser reembolsadas é que a crise irrompe [...]. Sua principal causa imediata foi o estouro de uma bolha no preço de ativos.

As razões pelas quais uma queda na taxa de lucro implicaria, ainda que em combinação com outros fatores, em uma maior especulação e endividamento não parecem suficientemente claras. Nessa questão, Kliman (2010) se limita a propor que a especulação e o crédito abundante foram as causas imediatas da crise, apoiado em alguns excertos de Marx (1985). Há também a sugestão de que na tentativa de estimular a economia, o governo norte-americano – e de outros países centrais –, desde a crise da década de 1970, vem praticando uma política monetária frouxa e favorecendo o endividamento, público e privado. Isso evitou com que o capital fosse desvalorizado num nível capaz de permitir a recuperação da taxa de lucro e acabou, portanto, por perpetuar o baixo crescimento econômico. Desse modo, se, por um lado, tais medidas evitaram crises mais profundas, por outro, ao não permitirem que o capital se desvalorizasse, promoveram a formação de uma estrutura financeira frágil, insustentável. A Grande Recessão seria, assim, expressão imediata do acúmulo dessas fragilidades que, em última instância, derivariam do declínio prolongado da taxa de lucro.

Outros autores que partilham dessa mesma perspectiva teórica podem fornecer algumas pistas adicionais sobre a relação entre a queda da taxa de lucro e as atividades financeiras. Assim é que, em estudo sobre a crise recente, Potts (2010) afirma que o declínio da rentabilidade fez com que um grande volume de capital se encontrasse disponível, ocioso nas mãos dos capitalistas. Sem aplicações razoáveis na economia real, boa parte desses recursos se dirigiu para os mercados financeiros, estimulando o crédito, a especulação e a formação de bolhas de ativos. Segundo Potts (2010, p. 37, tradução minha):

O problema subjacente da lucratividade na economia ‘real’ manifesta-se na superfície, portanto, simplesmente no investimento em capital fictício, que parece oferecer um retorno mais elevado que o investimento produtivo. Temos a base para uma bolha de capital fictício, não uma bolha aleatória, acidental, mas enraizada no comportamento tendencial da economia produtiva. A bolha de capital fictício deve inevitavelmente estourar e a crise sobrevém, aparentando ser puramente uma crise financeira.

Note-se, porém, que, para sustentar esse argumento, o autor afirma, ao contrário de Kliman (2010), que o declínio da taxa de lucro se verifica na dimensão real da economia, enquanto o setor financeiro não parece afetado. Uma vez que o investimento naquele segmento é pouco atrativo, os capitalistas se voltariam em massa para o mercado financeiro estimulando o aumento do crédito e da especulação.

Carchedi (2011a; 2011b), outro representante da ISUT, apresenta um argumento muito similar ao de Potts (2010). Segundo este autor, o declínio da taxa de lucro no setor produtivo da economia, fruto da elevação da composição orgânica do capital, implicou num crescimento expressivo do volume de capital aplicado no setor financeiro e, como consequência, estimulou o crédito, a especulação e, por fim, a formação de bolhas. Embora Carchedi (2011a; 2011b) seja um pouco mais preciso conceitualmente do que Potts (2010) ao identificar o declínio da rentabilidade no setor produtivo<sup>26</sup>, a linha de raciocínio do autor é, em linhas gerais, a mesma:

---

<sup>26</sup> “O que inicia uma depressão econômica [crise] não é simplesmente uma queda da taxa média de lucro, mas, antes, o que é crucial é que esta queda é resultado de uma diminuição da produção de valor e mais-valia [em relação ao capital investido



Uma vez que a rentabilidade cai nos setores produtivos, o capital produtivo migra para a esfera fictícia onde torna-se capital fictício, capital investido em títulos de crédito/débito (por exemplo, títulos de dívida, derivativos e etc.). [...] O grande crescimento do capital especulativo se assenta não apenas no fluxo de capital real da esfera produtiva, mas, também, na expansão do crédito. [...] A reação em cadeia dos *defaults* na esfera financeira suscita um processo similar na esfera real. Mas a esfera produtiva é afetada pela maciça destruição de capital fictício devido a sua já anterior debilitada rentabilidade, a qual provocou, no início, a migração de capital para os setores financeiro e especulativo. A economia real é a causa tanto da ascensão quanto do estouro da bolha financeira/especulativa. (CARCHEDI, 2011b, tradução minha)

Desse modo, para Carchedi (2011a, 2011b) e Potts (2010), a queda da taxa de lucro – na esfera produtiva, para o primeiro, e na economia real, para o segundo – fez com que os capitalistas direcionassem seus recursos para o setor financeiro desencadeando, a partir daí, os desdobramentos já conhecidos.

O cálculo da taxa de lucro proposto pela lei da queda tendencial, porém, não se limita a um único setor da economia. Marx (1985) – e Kliman (2010) –, quando trata dessa questão, utiliza o lucro total da economia sobre o capital total investido, produtivo ou não. O sistema de preços deve, afinal, garantir a convergência da remuneração de todos os capitais individuais independente de onde tenham sido aplicados. Ainda que se insistisse na validade do argumento desses autores (Carchedi e Potts) seria necessário justificar a razão pela qual a rentabilidade do setor financeiro não declinaria na mesma velocidade com que se reduz a taxa de lucro do setor produtivo/economia real. Ademais, uma vez que o lucro daquele segmento constitui uma fração da mais-valia produzida nestes setores, parece pouco razoável supor que a taxa de lucro do setor financeiro se mantivesse consistentemente mais alta que a do setor produtivo/real por um período de tempo tão prolongado quanto as últimas décadas.

Embora o argumento de que os capitalistas reorientem seus capitais para o mercado financeiro em épocas de taxas de lucro em queda pareça, assim, enfraquecido, é possível considerar que em períodos de baixo crescimento econômico, a combinação de liquidez/rentabilidade permitida pelos ativos financeiros seja bastante atrativa. Ao reduzir a taxa de acumulação, a queda da taxa de lucro torna pouco razoável para o capitalista apostar no crescimento da demanda futura e, portanto, da velocidade de expansão da sua riqueza. Desse modo, a fim de dar um destino aos recursos não aplicados que garanta alguma segurança e, ao mesmo tempo, alguma rentabilidade, o mercado financeiro pode ser a saída. A partir de então, o crescimento do volume de recursos direcionados ao setor pode, sim, ser capaz de gerar uma grande euforia e o surgimento de bolhas, tal como preconizam os autores acima.

### 3.2. Síntese

Aqui se aplica a mesma advertência feita para a seção anterior: devo admitir que os trabalhos sumariados constituem uma fração daqueles que atribuem ao caráter geral do modo capitalista a responsabilidade pela Grande Recessão. Se na seção precedente, no entanto, foi possível considerar a amostra tomada como uma boa representação do todo, isso é ainda mais verdadeiro para esta seção. Entre os autores que argumentam que a turbulência contemporânea é uma típica crise capitalista, que resulta da dinâmica inerente a este sistema – e não de uma etapa de seu desenvolvimento –, a hipótese do declínio da taxa de lucro é praticamente um consenso<sup>27</sup>.

Entre os principais trabalhos dessa linha encontram-se aqueles que adotam uma interpretação particular da teoria do valor de Marx: a Interpretação do Sistema Único Temporal. De acordo com essa

---

nessa produção]. Assim o curso do ciclo é determinado não pela taxa de lucro média da economia como um todo, mas pela taxa média de lucro dos setores produtivos (de mais-valia) somente” (CARCHEDI, 2011a, p. 147, tradução minha).

<sup>27</sup> Outros trabalhos que adotam perspectiva teórica bastante próxima à dos estudos examinados nesta seção e cujas conclusões são praticamente as mesmas são: Roberts (2009), Harman (2009b) entre outros. Brenner (2009) também vê na queda da taxa de lucro a causa última da crise recente; contudo, ao invés de creditá-la à elevação da composição orgânica do capital, o autor a concebe como resultado de um excesso de capacidade produtiva global, fruto da entrada de novos concorrentes no mercado mundial a partir das décadas de 1960-1970. Shaikh (2011) é mais um autor que concebe a Grande Recessão a partir do declínio da taxa de lucro; ao contrário dos demais, no entanto, argumenta que a economia norte-americana vivenciou um período de prosperidade a partir da década de 1980, com a elevação da taxa de lucro. A crise recente seria, para o autor, resultado do esgotamento desse ciclo de crescimento, uma vez que a elevação das taxas de juros, em um ambiente de alto endividamento, pressionou a taxa de lucro das empresas para baixo e reduziu drasticamente o consumo, ocasionando a crise.

abordagem, a taxa de lucro não se recuperou a partir da década de 1980, como sustentam os autores revisados na seção segunda. Foi possível, ademais, demonstrar que o declínio da taxa de lucro em virtude da elevação da composição orgânica do capital não é apenas válido teoricamente, como, sobretudo, foi um dos aspectos mais importantes da economia norte-americana nas últimas décadas.

Desse modo, a queda da taxa de lucro, ao inibir o investimento e estimular as aplicações financeiras durante um período de tempo relativamente longo, criou as condições necessárias para que a economia apresentasse uma trajetória de endividamento insustentável e a Grande Recessão sobreviesse. A causa última da crise é, segundo essa abordagem, portanto, o declínio da rentabilidade e está de acordo com a lei da queda tendencial da taxa de lucro de Marx (1985).

Ao argumentar que a turbulência recente é uma manifestação dessa tendência estes autores sugerem a existência de uma teoria geral da crise capitalista. Desse modo, ainda que a Grande Recessão pudesse se apresentar sob uma forma diversa daquela que efetivamente se verificou, a crise não poderia ter sido evitada a não ser que um sistema socioeconômico distinto houvesse substituído o capitalismo.

#### **4. Considerações finais**

Este estudo procurou revisar as principais análises de inspiração marxista sobre a Grande Recessão (2007-2009) a fim de caracterizar o debate em torno das suas causas. Desta caracterização resultou a possibilidade de identificar duas grandes abordagens quanto aos determinantes últimos da turbulência contemporânea.

De um lado encontraram-se aqueles que atribuem a Grande Recessão à dinâmica de uma fase particular do sistema capitalista – o capitalismo neoliberal – constituído ao longo das décadas de 1970-1980. Conforme se pôde observar, aqueles que defendem essa perspectiva enfatizam a estrutura institucional derivada das alterações da relação de poder entre as classes que compõem o capitalismo, apontando o seu reflexo sobre a economia e, particularmente, sobre o comportamento do setor financeiro e da distribuição de renda. De acordo com essa abordagem, a estrutura institucional forjada nas últimas décadas reflete o fortalecimento da classe capitalista. A estagnação dos salários reais, a elevação da taxa de lucro e a exacerbação da especulação nos mercados financeiros foram resultados desse novo arranjo, cuja dinâmica acabou por levar, em última instância, à crise.

Numa posição diversa, tem-se aqueles que atribuem a crise recente à dinâmica capitalista em geral, expressa nos movimentos das taxas de lucro e de acumulação. Para estes autores a taxa de lucro não se recuperou a partir da década de 1980. Partindo daquilo que ficou conhecido como a Interpretação do Sistema Único Temporal, pretenderam demonstrar que o declínio da taxa de lucro, em virtude da elevação da composição orgânica do capital – tal como sustenta Marx (1985) –, constitui um princípio válido, e, sobretudo, consistente com a dinâmica da economia norte-americana nas últimas décadas. A queda da taxa de lucro, ao inibir o investimento e estimular as aplicações financeiras durante um período de tempo relativamente longo, criou as condições necessárias para que a economia apresentasse uma trajetória de endividamento insustentável, fenômeno que culminaria na Grande Recessão.

A implicação dessa discordância teórica é bastante evidente. Conforme observou-se, os primeiros, ao conceberem a Grande Recessão como resultante da dinâmica de uma etapa específica do capitalismo sugerem a possibilidade de que uma estrutura institucional diversa poderia evitar ou mitigar a crise. Vale dizer que, uma reforma adequada permitiria um capitalismo mais estável e, em certa medida, imune à crise. Os segundos, por sua vez, ao estabelecerem como causa última da Grande Recessão o que consideram ser uma tendência imanente ao sistema capitalista em geral – a tendência à queda da taxa de lucro – são levados a argumentar pela inevitabilidade da crise. De acordo com essa perspectiva, apenas uma transformação profunda da sociedade, que significasse a substituição do capitalismo, seria capaz de evitar as turbulências dessa natureza.

#### **Referências bibliográficas**

ALMUNIA, M. et al. From Great Depression to Great Credit Crisis: similarities, differences and lessons. *Economic Policy*, London, p. 219-265, 2010.

- BARAN, P.; SWEEZY, P. *Capitalismo Monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- BERLE, A. A.; MEANS, G. C. *A moderna sociedade anônima e a propriedade privada*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- BORTKIEWICZ, L. Value and price in the Marxian system. *International Economic Papers*, n. 2, p. 5-60, 1952.
- BRENNER, R. *La economía de la turbulencia global*. Madrid: Ediciones Akal, 2009. (Prólogo).
- BUITER, W. The unfortunate uselessness of most 'state of the art' academic monetary economics, 2009. Disponível em: <<http://www.voxeu.org/index.php?q=node/3210>>. Acesso em: 15 out. 2011.
- CARCHEDI, G. *Behind the crisis: Marx's dialectics of value and knowledge*. Boston: Brill, 2011a.
- \_\_\_\_\_. Behind and beyond the crisis. *International Socialism*, London, n. 132, 2011b. Disponível em: <<http://www.isj.org.uk/index.php?id=761&issue=132>>. Acesso em: 15 out. 2011.
- CORPORATION. In: ENCYCLOPÆDIA Britannica 2011 Ultimate Reference Suite. Chicago: Encyclopædia Britannica, 2011.
- DEQUECH, D. Neoclassical, mainstream, orthodox and heterodox economics. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 30, n. 2, p. 279-302, 2007.
- DÚMENIL, G.; LÉVY, D. *The Crisis of Neoliberalism*. Cambridge: Harvard University Press, 2011a.
- \_\_\_\_\_. The crisis of early 21<sup>st</sup> century: general interpretation, recent developments, and perspectives, 2011b. Disponível em: <<http://www.jourdan.ens.fr/levy/>>. Acesso em: 15 out. 2011.
- DYMSKI, G. The global crisis and the governance of power in finance. In: ARESTIS, P.; SOBREIRA, R.; OREIRO, J. L. *The financial crisis: origins and implications*. New York: Palgrave Macmillan, 2011, p.63-86.
- FOSTER, J. B.; MAGDOFF, F. *The great financial crisis: causes and consequences*. New York: Monthly Review Press, 2009.
- FOSTER, J. B.; MCCHESENEY, R. W. Monopoly-finance capital and the paradox of accumulation. *Monthly Review*, New York, v. 61, n. 5, 2009.
- FREEMAN, A. Marx without equilibrium. *Capital and Class*, n. 56, p. 49-81, 1995.
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL – FMI. *World Economic Outlook*. Washington: International Monetary Fund, out. 2010.
- GORDON, D. M.; EDWARDS, R.; REICH, M. Long swings and stages of capitalism. In: KOTZ, D. M.; MCDONOUGH, T.; REICH, M. (eds.) *Social Structures of Accumulation: The political economy of growth and crisis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 11-28.
- HARMAN, C. The slump of the 1930s and the crisis today. *International Socialism*, London, n. 121, 2009a.
- \_\_\_\_\_. *Zombie Capitalism: global crisis and the relevance of Marx*. London: Bookmarks Publications, 2009b.
- HARVEY, D. *The Enigma of Capital*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- HUSSON, M. The debate on the rate of profit. *International Viewpoint*, n. 426, 2010. Disponível em: <<http://www.internationalviewpoint.org/spip.php?article1894>>. Acesso em: 20 ago. 2011.
- KLIMAN, A. *Reclaiming Marx's Capital: a refutation of the myth of inconsistency*. Lanham: Lexington Books, 2007.
- \_\_\_\_\_. *The Persistent Fall in Profitability Underlying the Current Crisis: New Temporalist Evidence*. New York: Marxist-Humanist Initiative, 2010.
- KLIMAN, A.; MCGLONE, T. A Temporal Single-System Interpretation of Marx's Value Theory. *Review of Political Economy*, v. 11, n. 1, p. 33-59. 1999.
- KOTZ, D. M. The Financial and Economic Crisis of 2008: A Systemic Crisis of Neoliberal Capitalism. *Review of Radical Political Economics*, v. 41, n. 3, p. 305-317, 2009.

\_\_\_\_\_. The final conflict: what can cause a system-threatening crisis of capitalism? *Science and Society*, v. 74, n. 3, p. 362-379, 2010.

KOTZ, D. M.; WOLFSON, M. A reconceptualization of SSA theory. In: MCDONOUGH, T.; REICH, M.; KOTZ, D. M. *Contemporary capitalism and its crises: social structure of accumulation theory for 21<sup>st</sup> century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 72-91.

MARX, K. *O Capital*, Volume 3, Tomo 2. São Paulo: Ed. Abril, 1985.

MAZZUCHELLI, F. *Os anos de chumbo: economia e política internacional no entre-guerras*. Campinas: Edições Facamp, 2009.

MCNALLY, D. *Global slump: the economics and politics of crisis and resistance*. Oakland: PM Press, 2011.

MOSELEY, F. The US economic crisis: causes and solutions. *Marxism 21*, v. 6, n. 1, p. 296-317, 2009.

OKISHIO, N. Technical changes and the rate of profit. *Kobe University Economic Review*, v. 7, p. 86-99, 1961.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. *Global Employment Trends*. Genebra: International Labor Organization, jan. 2010. 82p.

POTTS, N. Surplus capital: the ultimate cause of the crisis? *Critique*, v. 38, n. 1, p. 35-49, 2010.

RESNICK, S; WOLFF, R. The economic crisis: a marxian interpretation. *Rethinking Marxism*, v. 22, n. 2, 2010.

ROBERTS, M. *The Great Recession*. Raleigh: Lulu, 2009.

SAAD-FILHO, A. Neoliberalism in Crisis: A Marxist Perspective. *Marxism 21*, v. 7, n. 1, p. 247-270, 2010.

\_\_\_\_\_. Neoliberalism in crisis or crisis of neoliberalism? *Socialist Register*, v. 47, p. 242-259, 2011a.

\_\_\_\_\_. *O valor de Marx: economia política para o capitalismo contemporâneo*. Campinas: Unicamp, 2011b.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalism, Socialism and Democracy*. London: Routledge, 2003.

SHAIKH, A. Uma introdução à história das teorias da crise. *Ensaio FEE*, v. 4, n. 1, p. 5-45, 1983.

\_\_\_\_\_. The first Great Depression of the 21<sup>st</sup> century. *Socialist Register*, v. 47, p. 44-63, 2011.

SOLOW, R. Building a science of economics for the real world. *House Committee on Science and Technology*, 20 de julho de 2010. Disponível em: <<http://www.gpo.gov/>>. Acesso em: 15 out. 2011.

SRAFFA, P. *Produção de mercadorias por meio de mercadorias: prelúdio a uma crítica da teoria econômica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

STEEDMAN, I. *Marx after Sraffa*. London: Verso, 1981.

WHITE, W. Modern Macroeconomics is on wrong track. *Finance & Development*, Washington, v. 46, n. 4, p. 15-18, 2009.

WRAY, L. R. The rise and fall of money manager capitalism: a Minskian approach. *Cambridge Journal of Economics*, Cambridge, v. 33, n. 4, p. 807-828, 2009.